

da Manhã e na Bolsa de Emprego Público (BEP), nos dias 12 e 15 do mesmo mês, respectivamente, foi aberto o procedimento concursal com vista ao provimento do cargo de direcção intermédia de 2.º grau de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial desta Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve.

II — Concluído o respectivo procedimento concursal e mediante proposta fundamentada do correspondente júri, nos termos dos n.ºs 8, 9 e 10 do artigo 21.º do Estatuto do Pessoal Dirigente, republicado em anexo à Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto e alterada pela Lei n.º 64-A/2008, de 31 de Dezembro e pela Lei n.º 3-B/2010, de 28 de Abril, é nomeado em comissão de serviço, pelo período de três anos, o licenciado Miguel Cristiano da Silva Estêvão, da carreira/categoria de técnico superior, do mapa de pessoal desta Direcção Regional, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial.

O nomeado possui competência técnica e aptidão para o exercício do cargo e para prosseguir as atribuições e objectivos do serviço, correspondendo ao perfil exigido no procedimento concursal.

III — A nomeação produz efeitos à data da presente publicação.

Síntese Curricular

Nome: Miguel Cristiano da Silva Estêvão;

Naturalidade: França;

Data de nascimento: 02 de Junho de 1971

Habilitações académicas — Licenciado em Gestão Financeira pela Universidade do Algarve;

Experiência profissional:

De 12 de Abril de 2007 até à presente data, nomeado em regime de substituição, no cargo de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Patrimonial, Unidade Orgânica da Direcção Regional de Agricultura e Pescas do Algarve, com as competências supervenientes do n.º 3 do 2.º ponto do Despacho n.º 10007/2007;

De 01 de Março a 11 de Abril de 2007, funções de técnico superior, no seguimento da reestruturação dos Serviços, assegurado a coordenação das linhas de trabalho determinantes em curso no âmbito da extinta Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental;

De 06 de Novembro de 2002 a 28 de Fevereiro de 2007, funções de Chefe de Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, em regime de substituição, por 6 meses, seguido de nomeação em comissão de serviço, mediante concurso com efeitos a partir de 21 de Maio de 2004 (Despacho n.º 12923/2004);

A 17 de Maio de 2002, funções inerentes à Chefia da Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, nas ausências e impedimentos da titular do Cargo, acumulando com as funções técnica que desenvolvia na mesma Divisão;

A 24 de Novembro de 2000, integrou o grupo de trabalho criado para apoio à introdução do Euro na Direcção Regional de Agricultura do Algarve;

A 20 de Janeiro de 1998, ao abrigo do Despacho Interno n.º 02/98, colaborou no estudo realizado sobre a receita da Direcção Regional de Agricultura do Algarve;

De Dezembro 1997 a Maio 2002, funções na área de controlo financeiro dos projectos comunitários na Divisão de Gestão Financeira e Controlo Orçamental, em que a Direcção Regional de Agricultura do Algarve era a entidade beneficiária.

Formação Profissional Relevante:

Junho 2010 — Curso “Regime de Vínculos e Carreiras” promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado;

Novembro 2009 — Sessão de Formação “SIGO — Novas Funcionalidades (SIPIDDAC)” realizada no Instituto de Informática;

Outubro 2009 — Curso “Novo Regime da Contratação Pública” promovido pela empresa Significado, L.ª;

Outubro 2009 — Curso “Auditoria e Controlo Interno” promovido pela empresa Significado, L.ª;

Setembro 2009 — Curso “Gestão Orçamental e Fiscalidade” promovido pela empresa Significado, L.ª;

Março 2009 — Curso “Código dos Contratos Públicos” promovido pela empresa Significado, L.ª;

Fevereiro 2009 — Acção de Sensibilização “LVCR — Procedimento Concursal” promovida pela Secretaria-Geral do MADRP;

Fevereiro 2009 — Acção de Sensibilização “RCTFP — Férias, Faltas e Licenças” promovida pela Secretaria-Geral do MADRP;

Dezembro 2008 — Acção de esclarecimento “Vínculos, Carreiras e Remunerações e Regime de Contrato de Trabalho em Funções Públicas”, promovida pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado”;

De Junho a Julho 2008 — Curso “Fiscalidade Aplicada à Administração Pública” promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado;

Fevereiro 2008 — Acção de esclarecimento “SIADAP — A definição de objectivos e competências e a monitorização do processo”, promovida pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado”;

Fevereiro 2007 — Acção de Formação “Encerramento de Contas de 2006; Informação Empresarial Simplificada (IES) — Depósito de Contas; Orçamento do Estado para 2007”, promovida pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;

Dezembro 2006 — Curso “A lei dos Dirigentes”, promovido pelo Ministério da Economia e da Inovação;

Novembro 2006 — Acção de Formação “Contabilidade Orçamental na Administração Pública; Normalização Contabilística Nacional; Do Resultado Contabilístico ao Resultado”, promovida pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;

Julho 2006 — Acção “Implicações na Profissão de TOC das Recentes Alterações Legislativas: Medidas Práticas de Simplificação Administrativa”, promovida pela Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas;

De Fevereiro a Abril 2006 — “Programa de Formação em Gestão Pública (FORGEP)”, promovido pelo Instituto Nacional de Administração;

Dezembro 2004 — Curso “Fiscalização e Controlo do Tribunal de Contas”, promovido pelo Instituto Americano de Estudos da Comunicação, L.ª;

Julho 2003 — Curso “O Plano Oficial da Contabilidade Pública — POCP — e a Prestação de Contas”, promovido pela Universidade do Algarve;

Março 2003 — Curso “Como Potenciar o SIC na Gestão dos Serviços”, promovido pelo Instituto Nacional de Administração;

Novembro 2002 — Curso “Fiscalidade Previsional”, promovido pela ANJE, no Algarve;

Outubro 2002 — Curso “Regime Geral de Empreitadas Públicas”, promovido pelo Instituto Americano de Estudos Comerciais;

Outubro 2002 — Curso “Despesas Públicas”, promovido pelo Instituto Americano de Estudos Comerciais;

Outubro 2002 — Curso “Aspectos Teórico-Práticos do Plano Oficial de Contabilidade Pública”, ministrado pela Direcção-Geral do Orçamento;

Novembro 2001 — Curso “Formação de Jovens Empresários — IV/V”, promovido pela ANJE;

Julho 2001 — Curso “O Plano e o Relatório de Actividades na Administração Pública”, promovido pelo Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado;

Junho 2001 — Curso “Sistema de Informação Contabilística”, promovido pela Direcção-Geral do Orçamento do Ministério das Finanças.

10 de Agosto de 2010. — O Director Regional, *Joaquim Castelhão Rodrigues*.

203607313

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

Gabinete do Secretário de Estado Adjunto,
das Obras Públicas e das Comunicações

Despacho n.º 13517/2010

Pelo despacho n.º 11 128-E/2004, de 6 de Maio, do Secretário de Estado das Obras Públicas, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 129, de 2 de Junho de 2004, foi declarada a utilidade pública com carácter de urgência da expropriação dos bens imóveis e direitos a eles inerentes necessários à execução da obra EN 330 — beneficiação entre Aguiar da Beira e Fornos de Algodres.

No entanto, verificou-se agora a necessidade de rectificar os elementos identificativos da parcela de terreno n.º 404, constante da declaração de utilidade pública citada.

Considerando, a requerimento da EP — Estradas de Portugal, S. A., que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º e no artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 374/2007, de 7 de Novembro, sucedeu à EP — Estradas de Portugal, E. P. E., que, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 1.º e no n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 239/2004, de 21 de Dezembro, sucedeu ao Instituto das Estradas de Portugal, assumindo automaticamente a universalidade dos direitos e obrigações, legais e contratuais, que integravam a esfera jurídica do antecessor, no momento da transformação, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho n.º 3314/2010, de 11 de Fevereiro, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado

no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23 de Fevereiro de 2010, a rectificação da declaração de utilidade pública referida de acordo com as correcções agora introduzidas, conforme o mapa de expropriações, cuja publicação se promove em anexo, mantendo-se todos os actos até ao momento praticados.

Os encargos com as expropriações em causa serão suportados pela EP — Estradas de Portugal, S. A.

17 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

EN 330 — Beneficiação entre Aguiar da Beira e Fornos de Algodres

N.º da parcela	Nome e morada dos proprietários	Identificação do prédio				Área total (m ²)
		Matriz/freguesia		Descrição predial	Confrontações do prédio	
		Rústica	Urbana			
404	Guilherme Campos & Rodrigues, Lda. Habilitado: Caixa de Crédito Agrícola Mútuo Serra da Estrela CRL, Estrada Nacional 16, 6370-147 Fornos de Algodres.	1263	Fornos de Algodres		Norte: IP5 Sul: Estrada Nacional e outros Nasc: Américo Henrique dos Santos Poente: Seminário de S. José	170

203609947

Despacho n.º 13518/2010

Nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 14.º e no n.º 2 do artigo 15.º do Código das Expropriações, aprovado pela Lei n.º 168/99, de 18 de Setembro, alterada e republicada pela Lei n.º 56/2008, de 4 de Setembro, atento o despacho do presidente do conselho de administração da EP — Estradas de Portugal, S. A., Dr. Almerindo Marques, de 26 de Maio de 2010, que aprovou as plantas parcelares n.ºs VAR1-PE-20-02-001 a 003 e os mapas de áreas relativos à construção da obra do lanço 2.1g) — EN 125 — variante a Lagos — projecto de execução — PE20 — expropriações e a resolução de expropriar do conselho de administração de 26 de Maio de 2010, declaro, no uso da competência que me foi delegada pelo despacho n.º 3314/2010, de 11 de Fevereiro, do Ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 37, de 23 de Fevereiro de 2010, ao abrigo do artigo 161.º do Estatuto das Estradas Nacionais, aprovado pela Lei n.º 2037, de 19 de Agosto de 1949, a utilidade pública, com

carácter de urgência, das expropriações das parcelas de terreno necessárias à construção deste lanço, abaixo identificadas, com os elementos constantes da descrição predial e da inscrição matricial dos direitos e ónus que sobre elas incidem e os nomes dos respectivos titulares.

Mais declaro autorizar a Rotas do Algarve Litoral, S. A., na qualidade de subconcessionária da subconcessão do Algarve Litoral, a tomar posse administrativa das mencionadas parcelas, assinaladas nas plantas anexas, com vista ao rápido início dos trabalhos, sendo que a urgência das expropriações se louva no interesse público de que a obra projectada seja executada o mais rapidamente possível.

Os encargos com as expropriações em causa encontram-se caucionados pela Rotas do Algarve Litoral, S. A., nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 12.º do Código das Expropriações.

17 de Agosto de 2010. — O Secretário de Estado Adjunto, das Obras Públicas e das Comunicações, *Paulo Jorge Oliveira Ribeiro de Campos*.

